

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 61.351.532/0001-68
NIRE 35.300.052.463

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM
30 DE ABRIL DE 2023 ÀS 10h00

Em atendimento ao disposto nos artigos 10º, 11º e 13º da Resolução CVM nº 81, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Resolução CVM 81"),

A administração da **AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vicente Antonio de Oliveira, nº 1050, Vila Mirante, CEP 02.955-080, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 61.351.532/0001-68, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código nº 11975 ("Azevedo & Travassos" ou "Companhia"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80") e da Resolução CVM 81, vem, por meio deste instrumento, apresentar a V.Sas., a presente Proposta da Administração, relativa às matérias a serem submetidas à deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária da Companhia ("AGO") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2023, às 10h00, na sede social da Companhia, conforme abaixo:

- 1.1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022;

A Administração da Companhia propõe que sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, divulgadas em 31 de março de 2023.

A Administração esclarece que o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Auditores Independentes, o Parecer do Conselho Fiscal, a Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e a Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes, relativos às Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP (Controladora e Consolidado) da Companhia, foram enviadas à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 31 de março de 2023, e estão disponíveis para consulta na sede da Companhia e nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia (<https://ri.azevedotravassos.com.br>) e da CVM (<https://www.gov.br/cvm>), conforme Aviso aos Acionistas publicado no jornal "O Dia" na edição do dia 01 de abril de 2023, atendendo ao disposto no artigo 133 da Lei das S.A.

Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, o Anexo I à presente Proposta da Administração contém os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 2 do Formulário de Referência da Companhia.

1.2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social de 2022 (prejuízo);

A Companhia apurou Prejuízo Líquido no exercício de 2022 no valor de R\$ 79.972 mil e a Administração propõe que este resultado seja registrado na conta de Prejuízos Acumulados.

A tabela a seguir apresenta o demonstrativo da conta de Prejuízos Acumulados da Companhia:

Conta	Valor (em R\$ mil)
Prejuízos Acumulados do exercício de 2021	117.544
Prejuízo Líquido do exercício de 2022	79.972
Prejuízos Acumulados em 2022	197.516

Tendo em vista a apuração de prejuízo no exercício, a Companhia não apresenta o Anexo A da Resolução CVM 81, que conteria a proposta de destinação do lucro líquido do exercício.

1.3. Instalação do Conselho Fiscal, fixação do número dos membros do Conselho Fiscal e eleição destes membros;

De acordo com o artigo 26º do estatuto social da Companhia, o Conselho Fiscal, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, terá caráter não permanente, e será instalado mediante convocação dos acionistas na forma da lei, e compor-se-á de, no mínimo, 3 (três) e no máximo, 5 (cinco) membros titulares, e suplentes em igual número, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral e cada período de seu funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária subsequente à de sua eleição.

O acionista controlador da Companhia recomenda a instalação do Conselho Fiscal e indica os candidatos e seus respectivos suplentes a seguir à reeleição, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará a respeito das contas dos administradores e das demonstrações contábeis do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2023, podendo ser indicados outros candidatos até a data de realização da AGO ou mesmo quando da realização desta:

- 1) Adolpho Benedicto Pizzii;
- 2) Pedro Guilherme Calandrino;
- 3) Guaracy Silvério de Sant' Ana.

Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, o Anexo II à presente Proposta da Administração contém as informações previstas nos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência da Companhia com relação aos candidatos ora indicados.

1.4. Fixar a remuneração dos administradores para o exercício social de 2023;

A Administração propõe à Assembleia Geral a fixação da remuneração global anual máxima dos membros da administração, no exercício de 2023, no montante de R\$ 16.380.000,00 (dezesesseis milhões e trezentos e oitenta mil reais), englobando toda e qualquer forma de remuneração, incluindo, mas não se limitando a, salário, pró-labore, remuneração variável, plano de incentivo lastreado em ações, benefícios diretos e indiretos, dentre outros de natureza similar. ("Remuneração Global").

A Remuneração Global anual é fixada visando a atingir os objetivos das práticas de remuneração da Companhia, gerando o incremento do desempenho e a retenção de nossos administradores

Em cumprimento ao disposto na Resolução CVM 81, o Anexo III à presente Proposta da Administração contém as informações previstas no item 8 do Formulário de Referência da Companhia.

São Paulo, 31 de março de 2023.

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
Bernardo Negredo Mendonça de Araújo
Diretor de Relações com Investidores

ANEXOS

- Anexo I.** COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES (Item 2 do Formulário de Referência).
- Anexo II.** MEMBROS INDICADOS AO CONSELHO FISCAL (Itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência).
- Anexo III.** REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Item 8 do Formulário de Referência).

ANEXO I

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:

O Patrimônio Líquido da ATSA, em 31 de dezembro de 2022, apresentou um valor positivo de **R\$ 97.000 mil**.

O resultado negativo no ano de 2022 foi decorrente de três fatores, a saber. Em primeiro lugar, em razão do crescimento das despesas com amortização do passivo trabalhista da Companhia, tal qual previsto desde a assinatura do PPLE, em agosto de 2020. A contrapartida a esse aumento de despesas é a redução do estoque de passivo trabalhista que é garantido pelo imóvel de propriedade da Companhia, onde se localiza a sua sede, em Pirituba. Com isso, a partir do lançamento das fases já aprovadas do Projeto Minha Casa Minha Vida no referido terreno, a Companhia prevê a liquidação do saldo de dívida trabalhista e o fim dessa despesa. Em segundo lugar, o resultado negativo foi causado pela necessidade de reorganização operacional na Heftos, após a sua aquisição pela Companhia. Ao longo do exercício de 2022 foram feitas demissões e enxugamento de despesas operacionais, essenciais para readequar os custos da Heftos à realidade operacional do Grupo Azevedo e Travassos. Foram realizados cortes de cerca de 35% da força de trabalho da Heftos, sem que essas demissões refletissem nenhuma perda de eficiência operacional. Além disso, a Companhia revisou todos os contratos da Heftos, ajustando as suas margens e encerrando aqueles contratos considerados fora do plano estratégico-comercial da Heftos e da Companhia. Por fim, para financiar seu crescente backlog, atualmente na casa de R\$ 1,2 bilhão, a Companhia assumiu dívida financeira no montante de R\$ 43,5 milhões. Essa dívida, de curto prazo, que foi essencial para permitir à Companhia mobilizar mais de 8 obras novas concomitantemente, resultou numa despesa financeira alta para o exercício de 2022 e contribuiu com o resultado negativo da Companhia.

A Companhia aderiu ao REFIS e ao Programa de Transação Tributária Excepcional instituídos pelo Governo Federal, visando reduzir, parcelar e liquidar seu passivo tributário. Nesse contexto, a Companhia possui aproximadamente R\$ 20.000 mil em créditos referentes a prejuízos fiscais passíveis de utilização no âmbito do REFIS e Transação Excepcional.

O débito fiscal relativo ao Programa de Recuperação Fiscal REFIS - I no valor de R\$ 41.919 mil em 31/12/2022 é um dos passivos mais relevantes da Companhia. É importante ressaltar que durante o exercício de 2022 a Companhia logrou regularizar seus passivos Fiscal e Trabalhista, além de ter sido bem-sucedida na proposta de aumento privado de Capital Social em R\$ 70.000 mil, o que permitiu a capitalização do seu Caixa e a redução de dívidas trabalhistas e dívidas junto a fornecedores.

Em 31/12/22, a ATSA possuía endividamento bancário no montante de R\$ 24.056 mil.

A Diretoria acredita que, decorrido o período de reestruturação (2019/20) e de expansão e consolidação operacional (2021/22), a Companhia está pronta para exercer plenamente seu papel de protagonismo no mercado brasileiro de infraestrutura, aproveitando o melhor momento do setor desde o período expansionista do Plano de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek. De fato, tanto por meio de compromissos e investimentos do setor privado, quanto por meio de novos planos de investimentos formulados pelo setor público, há décadas o mercado brasileiro de infraestrutura, em geral, não recebe tantos investimentos.

b) Estrutura de capital

A Companhia e suas Controladas costumam utilizar recursos de terceiros por meio da contratação de linhas de financiamentos bancários para efetuar adiantamentos de recebíveis oriundos de seus contratos de prestação de serviços, para atender à sua necessidade de capital de giro.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Devido ao crescimento contínuo da carteira de obras da Companhia e de suas subsidiárias, bem como ao crescimento do *pipeline* do Grupo e ao baixo endividamento da Companhia e ao suporte financeiro de sua acionista controladora, a Diretoria entende que a Companhia terá condições para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:

Em 2022, as fontes de financiamento de capital de giro foram: descontos de recebíveis, parte do aumento de capital levantado junto a base de acionistas da Companhia.

e) **Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

As necessidades de capital de giro poderão ser atendidas por linhas de financiamento de curto prazo, adiantamento de recebíveis e créditos rotativos, garantidos pelos créditos decorrentes dos próprios contratos de prestação de serviços que vierem a ser celebrados.

Utilizar instrumentos de mercado, parcerias estratégicas e participando em concorrências com parceiros que reforcem sua competitividade na oferta de preços, otimização de recursos e diluição de riscos, garantindo sua continuidade neste segmento em que é reconhecida pelo seu acervo técnico, performance e diligência no cumprimento de seus contratos.

Adicionalmente, é esperado resultado positivo advindo do *backlog* da Companhia, o que ajudará a fortalecer o caixa para eventuais necessidades de capital de giro e de investimentos em ativos não circulantes.

f) **Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Os principais débitos da Companhia referem-se à dívida para com o REFIS - I Federal e ao Plano Prévio de Liquidação de Execuções Trabalhistas (PPLE) e outros acordos trabalhistas registrados no Passivo da Companhia, em 31/12/22 nos montantes de R\$ 41.919 mil e R\$ 32.190 mil, respectivamente.

i. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes:**

Em 31/12/22, a Companhia possuía os seguintes contratos de empréstimo e financiamento:

Cédula de Crédito Bancário – OP 012936697, no valor de R\$ 5.684 mil;

Cédula de Crédito Bancário – OP 015138253, no valor de R\$ 2.947 mil;

Cédula de Crédito Bancário – OP 014245097, no valor de R\$ 15.425 mil.

ii. **Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:**

Os contratos no item anterior contemplam as relações de longo prazo obtidos pela Companhia no valor de R\$ 6.789 mil.

iii. **Grau de subordinação entre as dívidas:**

Não ocorreu.

iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e**

à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo estas restrições:

A ATSA não possui restrições em relação ao acima citado.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Cada contrato de financiamento tem o seu valor aprovado pelo Conselho de Administração. Em 31/12/22 esses contratos estavam tomados em sua totalidade.

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

A Receita Bruta da ATSA refere-se a serviços prestados à locação de imóvel.

Em 2022, a Receita Bruta da Companhia alcançou o valor de R\$ 184 mil. O quadro abaixo apresenta a evolução da Receita Bruta nos 5 últimos anos:

Receita Bruta ATSA (em R\$ mil)				
Em 31 de dezembro de				
2018	2019	2020	2021	2022
24.506	844	178	152	184

Já a Receita Bruta Consolidada do Grupo Azevedo & Travassos foi de R\$ 445.079 mil em 31/12/22.

O quadro adiante apresenta a evolução da Receita Bruta do Consolidado nos 5 últimos anos:

Receita Bruta Consolidada ATSA (em R\$ mil)				
Em 31 de dezembro de				
2018	2019	2020	2021	2022
64.562	2.276	27.876	86.273	445.079

Considerando o consolidado da Companhia, no exercício social encerrado em 31/12/2022 foi apresentado um prejuízo de R\$ 79.972 mil.

- Despesas Financeiras – As despesas financeiras foram de R\$ 26.284 mil em 31/12/22.
- Equivalência Patrimonial – A equivalência patrimonial foi negativa no valor de R\$ 22.081 mil em 31/12/22.
- Outras receitas/despesas operacionais – Outras receitas e despesas operacionais totalizaram o valor negativo de R\$ 8.683 mil em 31/12/22.

- Lucro/Prejuízo Bruto Operacional – O lucro bruto operacional consolidado foi de R\$ 10.285 mil em 31/12/22.

Para 2023 espera-se um resultado melhor vis-à-vis a expectativa de faturamento crescente, com os novos contratos celebrados pela Companhia.

Aumento/Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa: A Companhia apresentou uma redução líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 768 mil. No consolidado, em 31/12/22 houve uma redução líquida de caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 7.668 mil.

2.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

Ver item 2.1.h.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

A Companhia apresentou, no Consolidado, um lucro bruto de R\$ 10.285 mil.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio, inflação:

Não ocorreu.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

No exercício social de 2022, os impactos acima indicados não foram relevantes, uma vez que os contratos preveem cláusula de reajuste.

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

A partir de 30/09/22 a Companhia passou a adotar para reconhecimento de receita o estágio de execução do contrato avaliado pelo método de

porcentagem de conclusão (POC), que considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços, até então executados, e o total dos custos orçados de cada contrato. Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável, em relação ao trabalho executado, de acordo com esse método, a Companhia e suas controladas levam em consideração medições do trabalho executado com a finalidade de apurar a receita contábil.

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022. As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade.

a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25);

Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato.

b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado

Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado.

c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020

Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo;

d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15

Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor:

Não há.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Não houve no ano de 2022.

- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

Não houve no ano de 2022.

- c. eventos ou operações não usuais:

Não houve no ano de 2022.

- 2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis:

Não aplicável.

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Não aplicável.

- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

Não aplicável.

- 2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não aplicável.

- 2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

- a. regras sobre retenção de lucros:

- b. regras sobre distribuição de dividendos:

- c. periodicidade das distribuições de dividendos:

- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:

A retenção de lucro é utilizada para reforço de Capital de Giro e preservação do Patrimônio Líquido da Companhia.

Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas tem prioridade no recebimento de dividendos.

No ano de 2022, a Companhia apresentou prejuízo no valor de R\$ 79.972 mil, o qual deverá ser destinado à conta de prejuízos acumulados de anos anteriores.

(Reais Unidade)	Exercício social 31/12/2022	Exercício social 31/12/2021	Exercício social 31/12/2020
Lucro/Prejuízo líquido	(79.972.000,00)	190.136.000,00	(36.869.000,00)
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	0,000000	0,000000
Dividendo distribuído total	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido retido	0,00	0,00	0,00

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

A Companhia não possui ativos, passivos ou compromissos que não tenham sido apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

- i. carteira de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos:

Não há.

- ii. contratos de futura compra de produtos ou serviços

Não há.

- iii. contratos de construção não terminada

Não há.

- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:

Não aplicável.

- 2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

PLANO DE NEGÓCIOS

Áreas de Negócios

A companhia Azevedo & Travassos S.A. (ATSA) e as suas controladas, centralizam as suas atividades nas seguintes Áreas de Negócios:

- Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura;
- Montagem Eletromecânica;
- Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração/Completação de Poços;
- Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás *Onshore* e *Offshore*; e
- Desenvolvimento Imobiliário.

Estas áreas, considerando um cenário otimista de retomada de crescimento da economia do País após conclusão do processo eleitoral de 2022, bem como o crescente nível de investimentos, tanto privados quanto públicos, no mercado de infraestrutura em geral, demandarão diversos serviços de infraestrutura que necessitarão de companhias com o acervo técnico, a expertise e a credibilidade de empresas como as do Grupo Azevedo & Travassos.

As áreas de negócios podem ser assim resumidas:

Construção Pesada e Civil e Obras de Infraestrutura

A Azevedo & Travassos (ATSA, ATI-INFRA e Heftos) participa de licitações de obras públicas no segmento de infraestrutura no âmbito dos governos federal, estaduais e municipais.

Ao longo de 2021 a Azevedo & Travassos se estruturou para focar boa parte do seu crescimento nos planos de investimentos das empresas concessionárias de serviços públicos que terão uma demanda significativa por serviços no segmento de Construção Pesada. Os principais setores que absorverão estes investimentos são os de mobilidade urbana, estradas, ferrovias, portos, saneamento, aeroportos e óleo e gás.

No segmento de Construção Civil, com a retomada do crescimento da economia existe a expectativa, em alguns setores, de investimentos de empresas privadas em ampliação/construção de novas unidades de produção.

Montagem Eletromecânica

A Azevedo & Travassos participa intensamente no segmento de Óleo e Gás além de montagem de dutos em geral, tais como etanol dutos e minerodutos. Seus principais clientes são: PETROBRAS, Concessionárias de Gás, Indústrias Química, Farmacêutica e Petroquímica, Mineradoras e Transportadoras de Combustíveis.

Quanto ao mercado de Concessionárias de Gás, pretende-se manter a sua atuação junto aos seus clientes tradicionais como BAHIA GÁS, BR DISTRIBUIDORA, CEG/GÁS NATURAL (Rio de Janeiro), SCGÁS (Santa Catarina) e COMGÁS (São Paulo). Com a retomada do crescimento econômico, estas concessionárias devem incrementar seus planos de investimentos.

Perfuração Direcional Horizontal e Perfuração / Completação de Poços

- Perfuração Direcional Horizontal
A Azevedo & Travassos executa serviços de perfuração direcional horizontal com boas expectativas de serviços em função das possibilidades de futuras contratações. esta área de negócios tende a abrir oportunidades de serviços, inclusive na área marítima ("offshore").
- Perfuração / Completação de Poços
Os serviços de perfuração e completção com sondas em poços de petróleo estão suspensos desde 2012. O retorno às estas atividades poderá acontecer tão logo este segmento se mostre atrativo.

Manutenção de Instalações de Produção de Óleo e Gás

Dando continuidade à atuação iniciada em 2016, a Companhia permanece no mercado de manutenção de instalações existentes de processamento de óleo e gás. Esta é uma área com potencial de expansão devido ao longo período em que a companhia Petrobras ficou sem investir neste setor.

A Heftos é uma empresa especializada em prestação de serviços para o setor petrolífero em unidades e plantas existentes, *onshore* e *offshore*, para execução de ampliações, reformas e manutenções de suas instalações (Projetos *Brownfield*). Por meio de sua base de apoio operacional localizada em Macaé-RJ, a Heftos possui atualmente contratos em andamento para

adequação de refinaria e manutenção de plataformas de produção *offshore*.

A aquisição da Heftos complementa o portfólio de serviços da Azevedo Travassos no setor de óleo e gás e permitirá a troca de experiências de planejamento, métodos construtivos e gestão de negócios acompanhada de sinergia e ganhos de escala.

Essa aquisição resultará no um aumento da competitividade comercial e relevância no mercado de construção e manutenção de instalações industriais, óleo e gás e energia. Além disso, a aquisição representa um passo importante na área de descomissionamento de unidades de produção de campos maduros.

Desenvolvimento Imobiliário

A ATSA possui cerca de 125 mil m² em terrenos, na cidade de São Paulo, localizados no bairro de Pirituba. Faz parte da estratégia da Azevedo & Travassos o desenvolvimento de projetos imobiliários nessas áreas, que vêm sendo realizados por meio de subsidiárias na forma de SPE – Sociedade de Propósito Específico, visando atender à demanda futura de imóveis residenciais para a população de média e baixa renda. A primeira fase desse projeto já se encontra em fase de aprovação junto a Prefeitura e deverá ser lançada ao longo de 2023.

A Diretoria Comercial da Companhia se reestruturou ao longo de 2021 e como consequência foi capaz de aumentar significativamente o *pipeline* de projetos sendo avaliados. A Diretoria Técnica em parceria com a Diretoria Comercial está trabalhando intensamente para apresentar propostas para concorrências que estão marcadas para os próximos meses e cujas obras poderão se iniciar ao longo de 2023.

Para o ano de 2023, a Companhia e suas Controladas já possuem contratados aproximadamente R\$ 1,2 bilhão em obras para serem executadas ao longo dos próximos exercícios.

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Não há.

- ii. fontes de financiamento dos investimentos:

Não há.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamentos e desinvestimentos previstos:

Não há.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não há.

- c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas:

Não ocorreu.

- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços:

Não ocorreu.

- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados:

Não ocorreu.

- iv. montante totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Não ocorreu.

- 2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há.

ANEXO II

MEMBROS INDICADOS AO CONSELHO FISCAL ITENS 7.3 a 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (Resolução CVM 80)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO FISCAL

Nome	Adolpho Benedicto Pizzi	Pedro Guilherme Calandrino	Guaracy Silvério de Sant' Ana
Data de Nascimento	03.02.1953	19.01.1987	21.09.1942
Profissão	Contador	Economista	Engenheiro
CPF	497.314.328-68	228.892.048-39	081.389.908-72
Cargo Eletivo Ocupado	Membro do Conselho Fiscal	Membro do Conselho Fiscal	Membro do Conselho Fiscal
Data de Eleição	30.04.2023	30.04.2023	30.04.2023
Data da Posse	30.04.2023	30.04.2023	30.04.2023
Prazo do Mandato	1 ano	1 ano	1 ano
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Sim	Sim	Sim
Indicação se é membro independente	Não	Não	Não
Número de mandatos consecutivos	0	0	2
Condenação criminal	Não há.	Não há.	Não há.
Condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não há.	Não há.	Não há.

Condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não há.	Não há.	Não há.
---	---------	---------	---------

Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.

Adolpho Benedicto Pizzi	Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Franciscanas – SP. Responsável pela área financeira (CFO) de todo o grupo GRUPO IRON STUDIOS, SP. Sócio administrador da empresa OAP - ORG. ADOLPHO PIZII CONTABILIDADE de serviço contábil, atuando em diversas atividades econômicas desde 09/1987. Sócio administrador da empresa AUDITEC - AUDITORIA TECNICA CONTABIL de serviço contábil atuando em diversas atividades econômicas entre 09/1976 – 08/1987.
Pedro Guilherme Calandrino	Bacharel em Economia pela FEA-USP. Experiência em Finança Corporativa, integração pós incorporações, M&A, Equity and Debt no Mercado de Capitais. CFO, também como responsável pelo departamento Jurídico & Compliance em Athena Healthcare (Jul 2022/Até o momento). Vice Presidente de incorporação e integração (Nov/2021-Jul/2022), coordenando grupos multi disciplinares. Responsável de M&A de Nov/2014 até Nov/2021, sendo responsável pelo sucesso de 30 aquisições. Participação ativa em processos de IPO e Follow-on em Grupo NotreDame Intermédica – 2014/2022. Diretor do Departamento de Investment Banking , de Janeiro, 2013 até setembro de 2014. Sócio do Departamento de Investment Banking de Fevereiro, 2011 até Janeiro, 2013, em BTG Pactual Brazil – 2011/2014. Analista do Departamento de Investment Banking, em São Paulo, em Credit Suisse Brasil – 2008/2011.
Guaracy Silvério De Sant' Ana	Engenheiro Mecânico pela FEI- PUC/SP (Turma 1966) - MBA em Finanças pela PUC/RJ (1968/1969) - Pós Graduação pela Universidade de Londres (1979/1980) - Sócio da Disway Serviços Corporativos, Responsável pela implantação dos Cartões AMEX como produto do

	financeiro do Banco American Express, (2002/2006), Diretor Executivo e de Relação com Investidores da Azevedo & Travassos S.A. (1996/1998), Diretor Estatutário do Banco Exprinter Losan (Exprinter Internacional Bank) e de outras 06 Companhias do Grupo Exprinter (1993/1995), Diretor Estatutário do Banco NorChem (atual JP Morgan) (1989/1993), Diretor de Controladoria do Citibank NA (1985/1989), Diretor Estatutário Argos Companhia de Seguros (Atual Chubb Cia de Seguros)(1981/1984), responsável pela liberação dos recursos para o Programa de Operações de Repasse para Instituições Financeiras (POC) do BNDES (1974/1974) , Assistente de Diretor Grupo Halles (1973/1974), Controller da Sul América Companhia de Seguros (1972), Assistente de Diretor, Assistente de Controller da Companhia Paulista de Seguros (1969/1971).
--	---

7.4. Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 acima em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

A Companhia não possui comitês estatutários e não estatutários.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor:

Não há.

b. administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor:

Não há.

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor:

Não há.

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor:

Não há.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

- Ivan de Carvalho Junior, Diretor Presidente da Companhia, é Diretor da Heftos Óleo e Gás Construções S.A. e Diretor Superintendente da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., empresas controladas da Companhia;

- Bernardino de A. P. Mendes – Diretor Executivo da Companhia é Diretor da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. e Diretor da Heftos Óleo e Gás Construções S.A., ambas as empresas controladas da Companhia;

b. controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO III

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES ITEM 8 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA (Resolução CVM 80)

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O objetivo da política de remuneração é manter seus profissionais, para que possam contribuir para o desenvolvimento do negócio e pela busca de melhorias constantes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não houve outorga de opção de compra de ações no âmbito do plano de outorga de opção de compra de ações (remuneração variável) aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 02 de maio de 2022 ("Plano de Opção de Compra de Ações").

- b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração é aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Os critérios de remuneração individual são definidos em reunião do Conselho de Administração, levando em consideração cargo, função e metas dos administradores.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

Uma vez por exercício fiscal.

c. Composição da remuneração indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles:
- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

A política de remuneração adotada pela Companhia está alinhada aos interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia, dado que não desconsidera a situação econômico-financeira da Companhia e sua expectativa de disponibilidade de caixa para pagamento dos valores fixos, bem como a outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia busca alinhar os interesses dos participantes aos da Companhia e seus acionistas.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

Até o encerramento do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2022, a remuneração dos administradores foi composta unicamente por remuneração mensal fixa.

Para fins de informação e divulgação ao mercado, a administração da Companhia esclarece que os valores descritos nos itens a seguir trata-se de montantes máximos à título de remuneração da administração (isto é, assumindo o total da remuneração possível ao ano de fiscal de 2023). Tal montante não será necessariamente distribuído aos referidos administradores.

Ano	C. Adm %	Diretoria %	C. Fiscal %	Total %
2020	6,51	93,49	0,00	100,00
2021	47,62	47,62	4,76	100,00
2022	47,62	47,62	4,76	100,00

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

Os valores de reajuste da remuneração são definidos pelo Conselho de Administração, dentro do limite do valor determinado pela Assembleia Geral Ordinária.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG:

O conjunto de elementos da remuneração busca reconhecer os resultados obtidos pela Companhia e o desempenho individual de cada colaborador, sem desconsiderar a situação econômico-financeira da Companhia e sua expectativa de disponibilidade de caixa para pagamento.

I – Remuneração Fixa

Para a determinação da remuneração fixa é considerado o valor do cargo, a experiência, formação e conhecimento, além da situação econômico-financeira da Companhia e sua expectativa de disponibilidade de caixa para pagamento.

II – Remuneração Variável

Até o exercício social encerrado em 2022, não houve remuneração variável.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração composta de parcela fixa nos montantes atuais é justificada pela situação de mercado e capacidade de pagamento da companhia.

iii. existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há.

- 8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício 2021	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	3	3	3	9
Número de Membros Remunerados	3	3	3	9
Remuneração Fixa Anual				
*Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros	1.284.000	1.311.000	131.100	2.726.100
Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em *reuniões *comissões *outros	-	-	-	
Benefícios pós-emprego	-	-		
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo	-			
Remuneração Baseada em Ações	-	=	-	
Total	1.284.000	1.311.000	131.100	2.726.100

Exercício 2022	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	3	3	12
Número de Membros Remunerados	6	3	3	12
Remuneração Fixa Anual				

*Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros	1.490.400	1.738.800	173.880	3.403.080
Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em reuniões *comissões *outros				
Benefícios pós-emprego				
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração Baseada em Ações				
Total	1.490.400	1.738.800	173.880	3.403.080

Exercício 2023 Estimativa	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total Geral
Número de membros	6	6	3	15
Número de Membros Remunerados	6	6	3	15
Remuneração Fixa Anual				
*Honorários *Benefícios Diretos e Indiretos *Remuneração por participação em comitês *Outros	1.800.000	3.600.000	180.000	5.580.000
Remuneração Variável *Bônus *participação nos resultados *remuneração por participação em reuniões *comissões *outros	1.800.000	3.600.000	-	5.400.000

Benefícios pós-emprego				
Benefícios Motivados pela cessação do exercício do cargo				
Remuneração Baseada em Ações	1.800.000	3.600.000	-	5.400.000
Total	5.400.000	10.800.000	180.000	16.380.000
<i>O quadro da remuneração dos administradores indicado acima como considera o número máximo de 6 (seis) membros no Conselho de Administração, bem como o número máximo de membros da diretoria</i>				

- 8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

No exercício social encerrado em 2022, não houve outorga de opção de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Para o exercício social de 2023 está previsto remuneração variável baseado em ações no valor de R\$ 5.400.000,00 (Vide item 8.2).

- 8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever.

No exercício social encerrado em 2022, não houve outorga de opção de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

O Plano de Opção de Compra de Ações tem como objetivo incentivar os outorgados a comprometerem-se efetivamente com a criação de valor e exercerem suas funções de maneira a integrarem-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia.

A outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia alinha os interesses de longo prazo, vez que faz com que sejam compartilhados o risco e o resultado da Companhia.

- 8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do Conselho de administração e da Diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo.

Nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022, não houveram outorgas de opção de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Para o exercício social de 2023 está previsto remuneração variável baseado em ações no valor de R\$ 5.400.000,00 (Vide item 8.2).

- 8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Nos exercícios sociais de 2020, 2021 e 2022, não houveram outorgas de opção de compra de ações no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações.

Para o exercício social de 2023 está previsto remuneração variável baseado em ações no valor de R\$ 5.400.000,00 (Vide item 8.2).

- 8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável.

- 8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável.

- 8.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando no mínimo:

Não aplicável.

- 8.10. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não aplicável.

- 8.11. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

- 8.12. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

- 8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Órgão	Características do título	Quantidade de ações	Mesma Espécie classe %	Total %
Conselho de Administração	Preferencial	8.698.926	17,18%	11,27%
	Ordinária	14.573.645	54,91%	18,88%
Diretoria	Preferencial	207.579	0,41%	0,27%
	Ordinária	509.661	1,92%	0,66%
Conselho Fiscal	Preferencial	412	0,00%	0,00%
	Ordinária	412	0,00%	0,00%

- 8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela.

A Companhia não oferece Planos de Previdência.

- 8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à Diretoria estatutária e ao Conselho Fiscal, em R\$:

Exercício 2020	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	3	3	0
Número de membros remunerados	3	3	0
Valor da maior remuneração individual	12.540	180.000	0
Valor da menor remuneração individual	12.540	180.000	0
Valor médio da remuneração individual	12.540	180.000	0

Exercício 2021	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	3	3	3
Número de membros remunerados	3	3	3
Valor da maior remuneração individual	180.000	180.000	18.000
Valor da menor remuneração individual	180.000	180.000	18.000
Valor médio da remuneração individual	180.000	180.000	18.000

Exercício 2022	Conselho Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
Número de membros	6	3	3
Número de membros remunerados	6	3	3
Valor da maior remuneração individual	248.400	579.600	57.960
Valor da menor remuneração individual	248.400	579.600	57.960
Valor médio da remuneração individual	248.400	579.600	57.960

- 8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não oferece tais arranjos contratuais.

- 8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	2020	2021	2022
Conselho de Administração	66,7%	66,7%	66,7%
Diretoria	0,0%	0,0%	66,7%
Conselho Fiscal	-	-	-

- 8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve este tipo de remuneração.

- 8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tal valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Remuneração anual – Maior valor individual em R\$ 1.000

Ano	C. Adm	Diretoria	C. Fiscal
2020	0	0	0
2021	0	0	0
2022	0	0	0

- 8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevante

A Companhia esclarece que o quadro da remuneração dos administradores indicado no item 8.2 acima como “Exercício 2023 – Estimativa” considera o número máximo de 6 (seis) membros no Conselho de Administração, bem como o número máximo de membros da diretoria e Conselho Fiscal.